



DEMONSTRATIVO DOS EFEITOS DECORRENTES DA CONCESSÃO DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

Nos termos do art. 165, § 6º, da Constituição Federal, e artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), elaborou-se a planilha a seguir, demonstrando os efeitos decorrentes da concessão de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária, com respectivos valores já considerados no Projeto de Lei Orçamentária para 2026.

Na elaboração das previsões da receita orçamentária da Prefeitura Municipal de Louveira para o ano de 2026, baseou-se na arrecadação efetiva ocorrida até o mês de junho de 2025. Foram observadas as normas técnicas e legais, considerados os efeitos das alterações na legislação tributária municipal, a variação do índice de preços e o provável crescimento econômico do município, do estado de São Paulo e do país. Os cálculos foram efetuados tomando-se como base uma inflação média anual estimada em 3% e o crescimento real da economia local e nacional em torno de 2%. No que se refere às transferências estaduais de ICMS, foi considerada a perspectiva de variação do índice percentual de ICMS que no corrente ano é de 0,5063170, para 0,5375357 no exercício de 2026.

Acreditamos que a razão básica de atuação de qualquer administração pública deve ser a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com atendimento adequado das necessidades básicas e respeito à dignidade. Decorre desta crença o reconhecimento da importância de atuar no sentido de diminuir ou eliminar as desigualdades entre cidadãos e entre regiões.

Os benefícios fiscais concedidos objetivam ajudar esse propósito, ao atrair novas empresas que proporcionem aumento do valor



adicionado fiscal e criem vagas no mercado de trabalho do nosso município para absorver a mão-de-obra local.

As empresas que se instalaram nos últimos anos no nosso município já estão trazendo mais recursos financeiros para os cofres públicos do município através das transferências da quota parte do ICMS.

A eventual renúncia já foi considerada na estimativa de receita constante da proposta orçamentária, não afetando as metas de resultados fiscais previstas para o próximo exercício financeiro.

Tributo	Modalidade	Setores - Programas Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista 2026	Compensação
1.1.1.2.50.0.0.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Concessão Isenção	Aposentados	235.879,49	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
1.1.1.4.51.0.0.00 - Impostos sobre Serviços	Desconto	Programa de Incentivos	851.546,59	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
	Concessão Isenção	Contribuinte		
1.1.1.2.50.0.0.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Desconto	Programa de Incentivos	2.618.478,72	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
1.1.2.0.00.0.0.00 - Taxas	Desconto	Programa de Incentivos	288.898,27	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
1.1.1.2.50.0.0.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Concessão Isenção	Contribuinte	196.926,91	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
1.1.1.2.50.0.0.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Concessão Isenção	Produtor Rural	235.879,49	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
1.9.1.0.00.0.0.00 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	Anistia	Contribuinte	367.885,44	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
1.1.1.2.50.0.0.00 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Desconto	Contribuinte	314.866,66	Valores deduzidos da estimativa da receita bruta.
Total			5.110.361,57	